

# Mestrinho insiste em exploração do subsolo

JOÃO ALBERTO FERREIRA  
Enviado especial

MANAUS (AM) — O Governador Gilberto Mestrinho promete botar para funcionar todo o seu poder de persuasão na reunião que fará hoje com os governadores da Amazônia Legal na busca de apoio para aprovar o Código Amazônico no Congresso. Ele disse ontem que pretende legalizar a exploração da riqueza do subsolo da Amazônia, estacionada em milhares de quilômetros quadrados ocupados por reservas indígenas e unidades de conservação hoje rigidamente controladas pelo Governo federal. No Amazonas, essas áreas ocupam 240 mil quilômetros quadrados, 16% do Estado. Quatro dos oito Governadores convidados por Mestrinho — Pará, Tocantins, Acre e Mato Grosso — não virão à reunião em Manaus. Seja qual for o resultado do encontro, Mestrinho avisa:

— Mesmo sozinho, mandarei o projeto ao Congresso. Se fizer isso, terei cumprido a minha missão — disse.

Entre assessores de Mestrinho há a expectativa de que o Governador usará o projeto para pres-

sionar o Governo federal a mandar recursos para o Amazonas. Desde que assumiu o Governo estadual, ha mais de um ano, Mestrinho não viu entrar dinheiro federal em seu caixa, nem mesmo na forma de parcelas que o Ministério da Saúde manda a todos os Estados para implantar o Suds.

— O Amazonas sobrevive hoje apenas com o dinheiro gerado aqui — informa Mestrinho. Noventa e dois por cento da arrecadação são da Zona Franca. O Governador quer uma alternativa de recursos gerados no Estado por outra fonte.

O Governador do Amapá, Anibal Barcellos (PDS), um dos Governadores que havia chegado ontem à tarde, desembarcou em Manaus disposto a colocar sua bancada à disposição de Mestrinho. Ele trazia reclamações como as que inspiraram o Código: o Ibama suspendeu a construção da estrada que ligaria Macapá a Jari, onde está plantado um dos maiores projetos de extração de celulose do País, porque ela cortava uma reserva extrativista.

— O Governo federal nem se deu ao trabalho de demarcar a reserva e já suspendeu a obra — criticou Barcellos.



Mestrinho não abre mão do Código

## Governador faz críticas a Lutzenberger

MANAUS — O principal redator do Código de Mestrinho, seu Secretário de Ciência, Meio Ambiente e Tecnologia, José Belfort Bastos, chama o projeto de “uma espécie de revolução federalista no Brasil” e nomeia um dos principais alvos do projeto:

— Não queremos que venha nenhuma Tânia Munhoz (Presidente do Ibama) e feche nossas serrarias, uma atividade que elas praticam com uma licença concedida pelo Estado.

Mestrinho bate mais duro, apontando na direção do Secretário Nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger:

— Lutzenberger não faz nada. Ele está lá, coitado, vendo o Ibama fazer o que quer. Mas depois que ele apresentou os campos naturais de Roraima como exemplos de devastação, o melhor é ele não fazer nada mesmo.

O Governador sabe que está sentado em uma das maiores províncias minerais do Planeta e quer ter o direito de explorá-la. Como exemplo, ele apontou no mapa a maior reserva de nióbio da Terra (dois bilhões de toneladas), um material para ligas especiais, e revelou sua frustração por não poder explorá-la:

— Ela está dentro do Parque

Nacional do Pico da Neblina.

O único grande projeto do Amazonas, fora das áreas controladas por legislação federal, é o de Pitinga, no município de Presidente Figueiredo, explorada pela Paranapanema. A empresa retira de lá 18 toneladas de cassiterita por ano, fatura US\$ 150 milhões por elas, e entrega ao Governo estadual, na forma de impostos, 25% do total.

— Queremos muitos projetos Pitinga na Amazônia — avisa Mestrinho.

Os milhares de quilômetros quadrados que o Governador quer passar a explorar hoje são distribuídos de três formas: reservas indígenas, unidades de conservação indireta (parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas) e direta (florestas nacionais, reservas extrativistas e áreas de preservação ambiental). Para se explorar as reservas indígenas, é necessário algo quase impossível: a aprovação do Congresso com o endosso das comunidades indígenas. Nas unidades de conservação de uso indireto não é permitido qualquer tipo de exploração. E nas de uso direto é permitida a exploração de minérios e madeiras com a fiscalização do Governo federal.

## Frases de efeito, a marca do político

Conhecido por sua militância anti-preservacionista, o Governador Gilberto Mestrinho é autor de frases que refletem bem seu pensamento em relação à região amazônica. Eis algumas:

● “Um dos orgulhos do Príncipe Charles é o de matar mais faisões do que o pai. Ele não perde de uma temporada de caça.”

● “Na última vez que estive em Paris, me dei ao trabalho de contar os restaurantes especializados em carne de garça. Eram 52. Aqui no Amazonas, se alguém servir carne de capivara é preso.”

● “Agora mesmo os senadores americanos estão defendendo os índios brasileiros. Eles podem fazer isso, porque defenderam muito bem os índios deles.”

● “Os ecologistas querem preservar. Ora, preservar é querer que a Amazônia fique lá como um circo e nós como micos.”

● “Eles mandam pesquisadores fantasiados de missionários para tirar amostras e saber o que tem na nossa floresta.”

## Desmatamento traz graves problemas

BRASÍLIA — O ecossistema da Região Amazônica permaneceu praticamente intocado na sua cobertura vegetal até a década de 60. Nos últimos 30 anos, porém, a região passou por processos de colonização intensiva que provocaram alterações na sua vegetação. O desmatamento da Amazônia tem preocupado os brasileiros e a comunidade internacional especialmente por três prováveis conseqüências: a perda da biodiversidade, as mudanças climáticas regionais e globais e a destruição das tradições indígenas.

De acordo com o Inventário Florestal Nacional do extinto IBDF, de 1988 até 1980 ocorreu uma alteração da cobertura florestal na ordem de 2,47% do território, passando para 12% em 1988, com evidente tendência de crescimento. No período de 1980 a 1988, a remoção da cobertura vegetal foi de aproximadamente 2,5 milhões de hectares por ano. Esse fenômeno é conseqüência da evolução da fronteira agropecuária e da exploração mineral e madeireira. A expansão da fron-

teira agrícola vem ocorrendo de forma desordenada e com a utilização de técnicas inadequadas de preparo do terreno. O desmatamento, seguido de queimada, visando à ocupação do solo com a agricultura e a pecuária, dizima a cobertura florestal. A exploração madeireira, na várzea, provoca o empobrecimento da diversidade de espécies.

Atualmente, as maiores áreas de alteração ocorrem nos Estados do Mato Grosso e do Pará — áreas que, em conjunto, compreendem 70% do total registrado na Amazônia Legal. Em termos percentuais, porém, o desmatamento está mais adiantado nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Maranhão.

Outra característica da Amazônia é que os seus parques e reservas somam uma área muito pequena em relação à Região. Até agora, somente 11 milhões de hectares, ou 2,2% da Amazônia Legal, foram reservados. E as metas dos planos atuais totalizam apenas 17 milhões de hectares, ou 3,3% da região.

## Ingleses condenam a regionalização

EDUARDO SAN MARTIN  
Correspondente

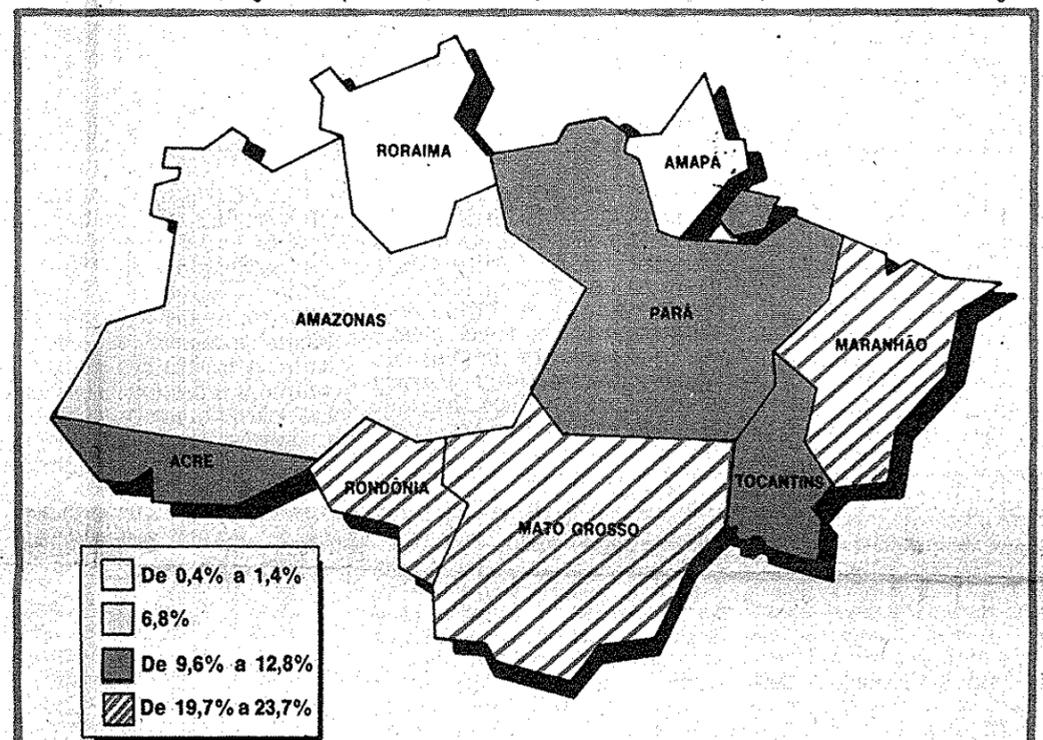
LONDRES — Os principais grupos ecológicos britânicos desconhecem o projeto “Código Amazônico”, proposto pelo Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, mas todos se opõem à regionalização de decisões sobre políticas de proteção e controle de reservas naturais. O principal argumento é o de que essas questões envolvem decisões e verbas federais.

Simon Counsell, chefe de campanha para florestas tropicais da organização Friends of the Earth (Amigos da Terra), disse que os termos concretos do projeto do Governo amazonense não são conhecidos pelas entidades ecológicas internacionais. Mas uma coisa é certa: os Amigos da Terra são contra propostas de regionalização das políticas ambientais de qualquer país.

— De modo geral, é inapropriado transferir a responsabilidade sobre proteção de qualquer reserva natural para administrações regionais.

## Estado a Estado, o nível de devastação da Amazônia

Segundo o IBDF, até 1988 12 por cento da cobertura florestal amazônica havia sido devastada. O percentual causa preocupação se comparado ao nível de devastação constatado em 1980: 2,47 por cento. Em apenas oito anos, 20 milhões de hectares de florestas virgens desapareceram. Maranhão, Rondônia e Mato Grosso são os Estados mais atingidos



Fonte: IBDF — Inventário Florestal Nacional